

CONGRESSO

Deputados federais gastam valores exorbitantes em itens como passagens aéreas, hospedagens, aluguéis de carro e propaganda de seus mandatos. No ano passado, alguns deles chegaram a fazer despesas de mais de meio milhão

R\$ 235 milhões em cota parlamentar

» ISRAEL MEDEIROS

Os deputados federais gastaram R\$ 235,7 milhões da cota parlamentar em 2024. Esse dispositivo, instituído em 2009 e que unificou a verba indenizatória, a cota de passagens aéreas e a cota postal-telefônica, é uma espécie de orçamento que eles têm para custear os mandatos. Entre as despesas, estão as com passagens aéreas, hospedagens, aluguéis de carro e a divulgação da atividade parlamentar — que foi a categoria com mais gastos no ano: R\$ 93,3 milhões (39,57% do total).

O mês com mais despesas foi abril, com R\$ 22,1 milhões. A maior parte do total foi destinada à divulgação da atividade parlamentar, que, na prática, é uma espécie de propaganda que os deputados fazem, com dinheiro público, das ações de seu mandato. Em seguida aparecem aluguel de veículos, com R\$ 40,6 milhões (17,24%); passagens aéreas, R\$ 34,9 milhões (14,79%); manutenção de escritório, R\$ 31,3 milhões (13,27%); e combustível, R\$ 21,8 milhões (9,25%), além de R\$ 13,9 milhões, classificados como “outros”.

A Câmara ainda incluiu, nesse mês, os custos com despacho de bagagens e o pagamento de serviços de acesso à internet durante os voos. Por mês, cada deputado pode receber até R\$ 51,4 mil a título de cota parlamentar — o valor varia de estado para estado levando em conta a distância em relação a Brasília e, consequentemente, os valores de passagens aéreas. O estado com maior cota é Roraima: R\$ 51.406,33.

São de lá os dois deputados que mais usaram a cota parlamentar em 2024. O deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR) gastou R\$ 628,7 mil no período (média de R\$ 52,4 mil, acima da cota para o estado de Roraima). Desse total, 61,8% (R\$ 388,7 mil) foi com divulgação do mandato.

Em seguida, está o deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR). Ele usou R\$ 621,2 mil no ano (média de R\$ 51,8 mil por mês). Os maiores dispêndios foram com

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Além das emendas individuais, de bancada e outros montantes, parlamentares têm recursos para usar em seus gabinetes

manutenção de escritório (R\$ 284,7 mil) e divulgação da atividade parlamentar (R\$ 264 mil).

O ranking tem ainda o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que gastou R\$ 619,9 mil; o deputado João Maia (PP-RN), com R\$ 598 mil; e o deputado Vinicius Gurgel (PL-AP), com R\$ 590,2 mil.

Quando se comparam os gastos de cota parlamentar por liderança da Casa, aparece em primeiro a do PT, com R\$ 287,8 mil. Em seguida, está a do Progressistas (PP), com R\$ 102 mil, e a do Republicanos, com R\$ 93 mil. O total de despesas feitas pelas lideranças com essa rubrica foi de R\$ 834,5 mil.

Já em verba de gabinete, usada para pagar assessores, os deputados consumiram R\$ 672,1 milhões no ano. O mês de março foi o que teve maior volume, com R\$ 61,8 milhões. No caso desse recurso,

cada deputado tem R\$ 125.478,70 por mês para pagar salários de até 25 assessores em Brasília ou em seus estados de origem.

Os parlamentares ainda recebem R\$ 44 mil em salário, têm plano de saúde e auxílio-moradia ou imóvel funcional no caso dos que não moram em Brasília. Em relação ao auxílio-moradia, cada um tem direito a receber R\$ 4.253,00 quando não ocupa um dos 447 apartamentos funcionais da Câmara em Brasília. Nos casos em que o aluguel é maior do que o valor do auxílio-moradia, o deputado pode usar verba da cota parlamentar para pagar a diferença. O limite é de R\$ 4.148,80.

Atualmente, dos 447 apartamentos da Câmara, 399 estão ocupados e 48, em reforma. Os deputados têm um prazo para ficar nos imóveis da Casa. Atualmente, só um continua

também acho que é desproporcional se você considerar o fato de que a própria Câmara tem os seus meios de comunicação sobre os mandatos, qualquer parlamentar hoje pode ter uma rede social que é de graça”, argumenta.

No caso da comunicação do mandato, a verba de gabinete serve também para pagar assessores de comunicação. Na análise de Marina, portanto, faria sentido discutir uma diminuição com a divulgação do mandato na cota parlamentar. Há, ainda, um outro problema de transparência quando o assunto são esses gastos. Segundo a especialista, apesar de a Câmara ter uma política de dados abertos e transparência ativa, diversas notas fiscais apresentadas por deputados são genéricas e não especificam os gastos.

“As notas fiscais, às vezes, são muito genéricas. Por exemplo: prestação de serviços de comunicação. Mas foi o quê? Foi fotografia? O que isso significa? Ai tem margem para esconder muita coisa. As consultorias, por exemplo, são um pesadelo. É consultoria de quê? As vezes, é consultoria de imagem. O parlamentar está usando dinheiro público com consultoria de imagem?”, questiona.

Para melhorar a fiscalização desses recursos, segundo a especialista, é preciso que tanto a Câmara quanto o Senado (que ela considera que tem uma política de transparência atrasada em relação à Casa Baixa) melhorem sua regulamentação e obriguem os congressistas a especificar seus gastos com cota parlamentar. “Mas se eles não se dão ao trabalho de descrever e detalhar as emendas que apresentam, acho que seria demais esperar que eles regulamentassem dar detalhes sobre as notas fiscais de verba indenizatória”, diz.

O Correio procurou todos os deputados citados nesta reportagem por meio de seus gabinetes na Câmara para perguntar se gostariam de justificar os gastos com a cota parlamentar. Não houve resposta até o fechamento da edição.

R\$ 93,3 MILHÕES

foi o valor gasto para divulgar a atividade parlamentar. Esta categoria foi a de maior despesa

R\$ 22,1 MILHÕES

foram empregados em abril de 2024, sendo o mês com maior uso da verba da cota parlamentar

ocupando apartamento funcional fora do prazo: o ex-deputado Hil-do Rocha (MDB-MA), que voltou à Câmara por um breve período em 2024 (de maio a agosto) e até hoje não devolveu o imóvel que passou a ocupar naquela época.

Revisão de gastos

Para Marina Atoji, diretora de programas da Transparência Brasil, a cota parlamentar faz sentido para custear o mandato, mas os gastos precisam ser revistos, já que há categorias que não fazem mais sentido. “Se a gente for pensar em correspondência, por exemplo, o montante que é destinado a correspondência é ridiculamente grande em termos do que se usa hoje em dia de correspondência para envios. A divulgação do mandato parlamentar eu

JUDICIÁRIO

Pauta extensa no STF

» LUANA PATRIOLINO

Faltando duas semanas para a abertura do ano Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) segue atuando em regime de plantão dos gabinetes, como faz desde o mês de dezembro, com importantes decisões para temas como o andamento da investigação sobre a suposta tentativa de golpe de Estado e, principalmente, as ações relacionadas às emendas parlamentares. O gabinete do ministro Flávio Dino, que é relator do processo que trata da liberação das verbas e do orçamento secreto, proferiu decisões nesse último mês que geraram reação no Congresso e no Executivo.

O Supremo ficou de 21 a 31 de dezembro, sob o comando do presidente, ministro Luís Roberto Barroso. Ele cuidou dos casos urgentes em que o Tribunal foi acionado. De 1º a 19 de janeiro, o plantão ficou por conta do vice-presidente, Edson Fachin. Barroso volta a assumir hoje e segue até 31 de janeiro. O STF agendou para abrir o ano judiciário em 3 de fevereiro.

O plantão, no entanto, não se aplicou aos casos relatados por magistrados que decidiram manter os trabalhos durante o recesso: Alexandre de Moraes, André Mendonça, Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Os quatro trabalham nos processos de seus gabinetes e em outros que forem distribuídos a eles por sorteio ou prevenção no período.

Os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino seguiram em atividade, mas apenas para a adoção de medidas ou petições relacionadas a ações específicas. No caso de Dino, ele focou em ações a respeito do cumprimento de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares.

Na semana passada, Dino fixou um prazo de 30 dias para que o governo federal e os estados publiquem normas e orientações sobre prestação de contas no uso das verbas pelas instituições de ensino superior e suas respectivas fundações de apoio.

A decisão foi dada em resposta a petições apresentadas por fundações de apoio após o magistrado ter suspenso o repasse de recursos para 13 organizações não governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor que não adotam mecanismos adequados de transparência ou não divulgam informações sobre a aplicação de verbas decorrentes de emendas parlamentares.

Às vésperas do Natal, Dino também determinou a suspensão do pagamento de R\$ 4,2 bilhões do montante. O magistrado mandou a Polícia Federal abrir um inquérito para investigar o caso e ordenou que o governo só poderia executar a verba relativa ao ano de 2025 com a conclusão de todas as medidas corretivas ordenadas, como a indicação do autor e do beneficiário final dos recursos no Portal da Transparência, e a separação entre o relator do Orçamento e autor das emendas.

Em 30 de dezembro, o Senado apresentou à Corte explicações as emendas de comissão ao Orçamento, devido à suspensão de R\$ 4,2 bilhões. A Casa argumentou que foram “observadas rigorosamente as determinações constantes das decisões do Supremo” estabelecendo condicionantes para a retomada da execução orçamentária das emendas parlamentares.

Antes do fim do recesso, o ministro também deve se debruçar em outra ação. Na semana passada, a Polícia Federal enviou ao STF

Ed Alves/CB/D.A Press



Roberto Barroso, presidente do STF, e o ministro Alexandre de Moraes decidiram continuar trabalhando

a investigação da Operação Overclean, que apura suspeita de desvio de recursos públicos, incluindo de emendas parlamentares. A corporação encontrou provas da participação de pessoas com prerrogativa de foro no esquema.

As emendas são indicações de gastos que deputados e senadores fazem no Orçamento do governo para obras e projetos nos estados que os elegeram. O pagamento estava suspenso desde agosto, por decisão do STF. A decisão obrigou Executivo e Legislativo a trabalharem juntos para aprovar uma lei para dar mais transparência e rastreabilidade aos recursos.

Pouco antes do recesso, o ministro havia autorizado, com ressalvas, a retomada do pagamento. A situação não gerou uma crise institucional, mas esbarrou no Judiciário, pois na avaliação de especialistas, o texto aprovado possui lacunas sobre as divisões políticas dos recursos e, ao tirar o controle de uma parte considerável da execução do Orçamento, pode

Os assuntos da chamada pauta verde continuarão após o julgamento, em 2014, das ações climáticas, ao lado da tentativa de conciliação do ministro Gilmar no tema indígena”

Melillo Dinis, analista político

invadir a competência do governo — responsável por fazer a política pública dos repasses.

O cientista político Elias Tavares aponta que, mesmo em um período de descanso institucional, os ministros continuam lidando

com questões que exigem resposta imediata, como as emendas parlamentares e outras decisões de impacto nacional. “A atividade dos gabinetes no recesso é uma demonstração de como o Judiciário se adapta à dinâmica do país, garantindo que questões urgentes não fiquem paradas e que a Justiça continue sendo um pilar ativo da democracia”, afirma.

Trama golpista

Para 2025, a Justiça se prepara para o inquérito da Polícia Federal que indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 36 acusados por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. A denúncia está nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR). O caso ainda não teve definição devido ao recesso de fim de ano no STF, que começou em 19 de dezembro.

Na investigação do golpe, agentes da PF recuperaram arquivos deletados no computador do

tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com detalhes sobre o plano “Punhal Verde e Amarelo”.

Caberá ao chefe do Ministério Público Federal (MPF), Paulo Gonet, decidir se Bolsonaro e os demais indiciados serão denunciados à Corte Suprema pelas acusações. As defesas dos investigados também deverão se manifestar nos autos do processo.

Além da conclusão desse inquérito, o Supremo deve retomar, neste ano, o julgamento que discute a responsabilidade das redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. No total, são três ações que discutem o Marco Civil da Internet, lei que regula a atuação das plataformas no Brasil.

O debate gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil, que exige uma ordem judicial prévia para excluir conteúdo e responsabilizar as empresas pelos danos causados pelas publicações. Os processos em discussão estão sob relatoria dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux. O debate reacendeu após o grupo Meta (que engloba o Facebook, o Instagram e o WhatsApp) de encerrar o serviço de checagem de fatos. Diante do caso, Alexandre de Moraes reiterou seu posicionamento sobre manter a integridade da informação no Brasil. O magistrado disse que as plataformas só continuarão operando no país se “respeitarem a legislação brasileira”.

O analista político Melillo Dinis também destaca ações ligados à questão climática. “Os assuntos da chamada pauta verde continuarão, após o julgamento, em 2014, das ações climáticas (PPCDAm, Fogo, Fundo Amazônia, Fundo Clima, Licenciamento Ambiental etc.), ao lado da tentativa de conciliação do ministro Gilmar Mendes no tema indígena”, diz o especialista.